



SUGESTÃO DE PAUTA: Desenvolvimento, conflitos territoriais e saúde serão debatidos no 2º Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente

De 19 a 23 de outubro, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), por meio do Grupo Temático Saúde e Ambiente, realiza no Minascentro, na cidade de Belo Horizonte - MG, o 2º Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente (Sibsa) com o tema ***Desenvolvimento, Conflitos Territoriais e Saúde: Ciência e Movimentos Sociais para a Justiça Ambiental nas Políticas Públicas***. A primeira edição do Sibsa aconteceu em Belém (PA), em 2010, e debateu as teorias, metodologias e práxis na ciência e saúde ambiental. Como explica Lia Giraldo, presidente da Comissão Científica, a composição do GT Saúde e Ambiente da Abrasco é de pesquisadores que estão implicados nas lutas sociais. “Muitos de nós vieram da militância do processo de Reforma Sanitária, pela luta em defesa da saúde dos trabalhadores e por uma política nacional de saneamento ambiental”. Nesse sentido, Lia acrescenta que são pesquisadores que trabalham a partir de um pensamento crítico sobre a ciência e a relação de poder frente às demandas hegemônicas do Capital para o conhecimento acadêmico.

Presidido por Hermano Castro, diretor da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz/RJ), o 2º SIBSA vai mesclar os trabalhos científicos com os relatos de experiência daqueles que tem um saber do modo de vida, no contexto socioambiental. A relação entre a academia e os movimentos sociais nessa perspectiva são de sujeito-sujeito, superando a velha prática de subordinar objeto ao sujeito pesquisador. O primeiro dia do Simpósio vai contar com oito fóruns temáticos para debater com o movimento social as principais questões de saúde e ambiente frente ao modelo de desenvolvimento, não só denunciando, mas anunciando formas de resistência, de luta e de alternativas. Em Belo Horizonte foi criada uma comissão científica local que realizou uma articulação com movimentos sociais e culturais da capital mineira, sede do evento.

O Simpósio vai contar com uma exposição de economia solidária estará presente em todo o período do simpósio, bem como intervenções culturais locais.

Temas cruciais vão marcar o evento: **Mineração e Saúde; Minas, Energia e Saúde; Questão energética e Saúde; Agronegócio e Saúde; Agroecologia e Saúde; Transgênicos, Biodiversidade e Saúde (com especial foco para o mosquito transgênico); Questão Urbana e Saúde; Conflitos territoriais no campo, florestas e cidades: implicações para a saúde; Mudanças climáticas, ecossistemas e saúde; Processos de Licenciamento e Empreendimentos nos territórios de desenvolvimento socioeconômico e suas implicações para a saúde e o ambiente; Dilemas e Desafios para a Promoção e Vigilância e Cuidado em Saúde e Ambiente; e Violação de direitos humanos, saúde e ambiente.**

Para apoiar a participação do movimento social, foram garantidas a hospedagem para 150 participantes e a isenção de taxas de inscrição a todos os interessados dessas frentes de luta. “Com isto acreditamos que vamos ter as condições para realizar o evento e alcançar o diálogo de saberes no temário proposto que se estrutura em torno de três eixos principais”, ressaltou Lia Giraldo.

Apesar de avanços pontuais em políticas sociais focais que reduzem a miséria, vários retrocessos têm ocorrido nos últimos anos, já que os processos regulatórios de proteção à vida e à saúde são considerados empecilhos ao desenvolvimento econômico. Exemplos importantes recentes ou em curso são o Código Florestal, o Código de Mineração e a desregulamentação dos agrotóxicos impulsionada pelo agronegócio. Objetivos eleitorais e econômicos de curto prazo têm restringido a construção e implementação de políticas públicas voltadas à defesa da vida e dos direitos fundamentais. No bojo dos conflitos, surgem resistências e novas estratégias de produção de conhecimento.

Assim, compartilhar diferentes saberes e buscar construir uma realidade ambiental justa é mote do 2º SIBSA, onde movimentos sociais e academia, com posturas ideológicas e políticas claramente assumidas, vão afirmar a necessidade de discutir modelos de Estado e desenvolvimento que permitam os ideais de justiça ambiental, contrapondo-se aos modelos comumente analisados, espelhados na realidade estrangeira e não na brasileira.

Quais movimentos sociais vão estar presentes

Ao longo dos três dias de Simpósio, relatos de experiências de vários Movimentos Sociais – nacionais, regionais, do campo e da cidade, vão fazer parte da programação do 2º SIBSA, confira mais sobre os representantes que marcarão presenças:

Andrea Zhouri

Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA)

Andréa é professora do Departamento de Antropologia da UFMG e uma das organizadoras do livro *“Formas de Matar, de Morrer e de Resistir: Limites da Resolução Negociada de Conflitos Ambientais”*. É doutora em Sociologia pela Universidade de Essex, Inglaterra. Na Universidade Federal de Minas Gerais, criou a linha de pesquisa *Meio Ambiente e Sociedade* na pós-graduação, o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA) e o curso de graduação em Ciências Socioambientais. Atua em ensino, pesquisa e extensão abordando os temas dos Conflitos Socioambientais, Justiça Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Organizações Não-Governamentais e Movimentos Ambientalistas.

Henrique Sater

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

Henrique vai representar o movimento de trabalhadores, operários, informais, subempregados, desempregados que não têm moradia. Vivem de aluguel, de favor ou moram em áreas de risco pelas periferias urbanas do Brasil. No final da década de 1990, o grupo iniciou trajetória de luta contra a especulação imobiliária. “Todos sabem que as grandes cidades brasileiras, cada vez mais ricas, escondem nas periferias a enorme pobreza daqueles que as constroem. Nosso objetivo é combater a máquina de produção de miséria nos centros urbanos, formar militantes e acumular forças no sentido de construir uma nova sociedade. A ocupação de terra, trabalho de organização popular, é a principal forma de ação do movimento. Quando ocupamos um latifúndio urbano ocioso, provamos que não é natural nascer, viver e morrer pobre e oprimido. Ao montar barracos de lona num terreno vazio e organizar os trabalhadores para lutar, cortamos a cerca nada imaginária que protege a concentração de riqueza e de terra nas mãos de poucos”, diz o site oficial do Movimento.

Maria Izabel Grein

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Especialista em educação do campo e integrante do setor de educação do MST no Paraná. O MST/PR tem desencadeado ações para consolidar práticas educativas em Agroecologia, na formação política e técnica dos Sujeitos Sem Terra no Estado desde 2002, tem trabalhado na conquista e posterior organização de cursos formais, Curso Técnico em Agroecologia na modalidade de Pós-Médio, Ensino Médio Integrado e Curso de Tecnólogo em Agroecologia.

Patrícia Generoso

Resistência dos Atingidos do Projeto Minas-Rio e Porto do Açu

A advogada Patrícia Generoso, dona de um sítio na cidade mineira na Comunidade de

Quatis, virou uma liderança entre os atingidos pela obra da Anglo American. Ela divulga os impactos e violações de direitos no caso do Mineroduto Minas-Rio. Ela afirma que toda a cultura e forma de sobrevivência da população estão ligadas à água. De acordo com ela, os rios e nascentes da região estão sendo prejudicados desde as primeiras pesquisas realizadas pela empresa, em 2008. “Eles começaram fazendo furos nos terrenos e depois não faziam o fechamento adequado, gerando escassez de água para quem morava perto. Depois das primeiras obras, houve degradação dos cursos de água e várias pessoas já não tinham mais condição de produzir doce, queijo e cachaça”, afirma. Segundo Patrícia, a empresa não reconhece como atingidos as várias comunidades da região que estão sendo diretamente afetadas pelas obras. A pesquisadora afirma que, além de prejudicar a relação da comunidade com água, a empresa está usando um processo de negociação abusivo e violento para conseguir que os herdeiros vendam suas terras.

Maria Teresa Viana

Movimento pela Preservação do Gandarela

A militante e artesã Maria Teresa Viana de Freitas Corujo afirma que a Serra do Gandarela pode se tornar a segunda Carajás do país. A empresa mineira Vale está interessada em uma região ainda intacta do estado de Minas Gerais: a Serra do Gandarela. Segundo Maria Teresa, a Teca, do Movimento pela Preservação do Gandarela, a serra pode se tornar um parque ecológico, garantindo o abastecimento de água limpa, a preservação ambiental e a soberania do povo. Mas, de acordo com a coordenadora do Movimento, a Vale estaria pressionando o Governo para alterar a área do parque e, assim, garantir a abertura de novas minas. Segundo ela, no momento, estão acontecendo reuniões entre os Governos federal, estadual e a empresa para realizar um acordo que permita a exploração da área.

Antônio Filho

Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia, Piquiá de Baixo (MA)

Para Antônio José Ferreira Lima e Filho, integrante do Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia, ONG criada em 1996, o que ocorre em Piquiá de Baixo é a demonstração de “violência, descaso do ferro gusa com o ser humano e também descaso político com as pessoas”. “Não existe no Maranhão outro lugar onde a violação de direitos humanos aconteça com maior força do que aqui. É uma convivência impossível há mais de 20 anos. A comunidade tem que sair, apesar de ter chegado primeiro que as guseiras. E vão ter que sair pelo tipo de violência causada pelas indústrias”, afirma Antônio Filho.

Lucas Mendonça

Sindicato dos Mineradores de Brumado e região, Mineração de urânio e moradores de Caetité (BA)

Lucas Mendonça dos Santos, do Sindicato dos Mineradores de Brumado e Micro-Região, afirma que durante o processo de reentombamento (mudança de tambor de concentrados de urânio), realizado em junho deste ano e combatido pela comunidade em manifestações públicas, “se viu urânio para tudo quando é lugar da área. Chegou-se a despejar urânio no chão, e recolher de pá. O supervisor de serviço abriu o portão da área para jogar a poeira de urânio para fora do local. Não havia equipamento de proteção respiratória”. Os macacões usados pelos trabalhadores, que deveriam ser descartados, eram lavados e entregues aos funcionários terceirizados. A empresa conta com aproximadamente 500 funcionários, sendo que cerca de 300 são terceirizados. Lucas foi demitido por justa causa e agora tenta na justiça provar a arbitrariedade da decisão.

Alexandre Anderson

Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara no Rio de Janeiro (Ahomar)

Após liderar uma campanha contra a construção de um gasoduto da Petrobras em Magé, no Rio de Janeiro, o presidente da Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara (Ahomar), Alexandre Anderson de Souza, 39, afirma que passou a sofrer perseguições e diz que tem que conviver com proteção policial diariamente. Souza diz que o problema teve início em 2009, quando começaram as obras, empreendidas pelo consórcio GLP Submarino, que reúne as empresas GDK S.A. e Oceânica. Os protestos dos pescadores, as chamadas “barqueatas”, chegaram a bloquear o empreendimento por 38 dias. Eles alegam que a construção do gasoduto degrada o meio ambiente, prejudicando a pesca artesanal da qual dependem centenas de famílias na região. Em 2009, Souza sofreu um atentado a tiros, mas escapou ileso. Três semanas depois, o tesoureiro da Ahomar, Paulo César Souza, 40, foi assassinado com cinco tiros na face e na nuca diante da mulher e dos filhos. O assassinato ocorreu seis horas após a interdição das obras do gasoduto, depois que uma vistoria governamental apontou irregularidades na obra. A polícia abriu inquérito, mas ninguém foi preso.

Ednaldo Rodrigues de Freitas

Fórum Suape – Espaço Socioambiental (PE)

Uma atividade de campo riquíssima e que foi propiciada por uma liderança comunitária local, pescador da 4ª geração de uma família de pescadores, nascido na praia de Calhetas, município de Cabo de Santo Agostinho, sede do Complexo de Suape. Trata-se do Edinaldo Rodrigues de Freitas, o Nal de 42 anos que informa e discute sobre a realidade das comunidades atingidas pelo empreendimento do Suape de uma forma que

impressiona e similar a que este blogueiro possui na comunidade do Açú, em São João da Barra.

Francisco Iko Munduruku – indígena

Associação indígena Pahyhyp

O coordenador da associação indígena Pahyhyp, do médio Tapajós, Francisco Iko Munduruku, luta pela resistência aos projetos de hidroelétricas e de hidrovias no Rio Tapajós, no Pará. Ele afirma que cinco comunidades indígenas foram unânimes em declararem-se contra os projetos hidrelétricos. Lideranças Munduruku acusam o governo de atropelar a negociação que ele próprio conduzia, desde setembro, por meio da Secretaria Geral da Presidência da República, para definir os procedimentos de consulta a essas comunidades sobre a obra. “[A operação] é uma afronta. Parece que o governo não quer conversar, não quer discutir. Nós, por outro lado, queremos negociar”, diz Francisco Iko, “Não aceitamos que polícias entrem em nossas terras sem a nossa autorização para qualquer tipo de operação”, afirma carta divulgada.

Marina Rocha Braga

Comissão Pastoral da Terra de Juazeiro, na Bahia

Marina vai abordar um dos problemas que afetam diretamente as comunidades do rio São Francisco, é a implantação de Parques Eólicos. São muitos os relatos de irregularidades no processo de implantação desses parques. Segundo Marina Rocha, “as empresas que chegam em nome do capital, parece que pensam que o povo não sabe seus direitos, por conta disso elas chegam como um trator, passando por cima de todas as comunidades, dos direitos, da realidade dessas comunidades. É um desrespeito total!” Marina afirma que “as empresas não consultam e não informam a sociedade que tipo de projeto estão querendo implementar”. Ela atribui esse posicionamento a prioridade dessas empresas: o lucro. “Por conta disso, eles não pedem permissão e vão entrando nas comunidades, seja para pesquisar minérios, seja para implantar energia eólica”, relata Marina.

Guilherme Sousa – Camponês

Movimento dos Atingidos por Barragens – hidrelétrica Aimorés (MG)

A pauta dos atingidos pela Usina de Aimorés, localizada no Leste do Estado, engloba reivindicações como atendimento imediato às várias demandas da região, como o reconhecimento das mulheres pescadoras, indenização aos atingidos pelas enchentes, água para abastecimento e incentivo à produção no reassentamento. Os representantes da Vale, acionista majoritária da Usina de Aimorés, garantem que por parte da empresa há indicação em atender as reivindicações. Entretanto, as decisões também dependem da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), que também é acionista da Usina. A barragem de Aimorés desestruturou vínculos e práticas tradicionais das famílias,

assim como interrompeu o acesso ao patrimônio cultural, material e imaterial da região. Essa é a reclamação da maioria das pessoas atingidas.

José Gomes da Silva

Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA), do Assentamento Roseli Nunes (MT)

A realidade fundiária do estado do Mato Grosso é marcada pela forte concentração de terra e pela luta de trabalhadores rurais que reivindicam um pedaço de chão para produzir e garantir o sustento de suas famílias. No assentamento Roseli Nunes, localizado no município de Mirassol D'Oeste/MT, a Associação Regional de Produtores Agroecológico (ARPA), criada pelos próprios assentados, reúne 94 associados e é responsável por organizar a produção das hortas dos camponeses, permitindo a inserção de jovens e mulheres na produção. O potencial da organização coletiva no enfrentamento das dificuldades do campo é observado também no assentamento Margarida Alves, formado por 149 famílias. Neste, a cooperativa de produção de massas (pães, biscoitos, farinha, etc), composta por 12 mulheres do assentamento, garante maior geração de renda para suas famílias. Boa parte dos seus produtos é destinada ao mercado institucional, contribuindo para a alimentação de crianças e adolescentes nas escolas e creches do campo.

Cosme Rite

Xavantes, Maraiwatsedé (MT)

O professor indígena Cosme Rite é militante contra as novas invasões nas terras indígenas. Cosme relata que os Xavante sofrem violações dos Direitos Humanos, através das ações de empresários e dos poderes locais e nacionais, entre os anos 40 e 60, que resultaram na invasão da terra indígena (TI) Marãiwatsédé, localizada no Mato Grosso, e a expulsão dos Xavante da TI, somente recentemente recuperada na Justiça Federal. Quando a invasão ocorreu, promovida por latifundiários e um projeto de colonização da região pelo governo de Mato Grosso, nos anos 60, o Serviço de Proteção aos Índios (órgão que antecedeu a Funai), relatam os Xavante, não os protegeu. O resultado da remoção forçada dos índios, em 1966, realizada em aviões da FAB: a maioria dos 263 transferidos morreu de sarampo em poucos dias.. A população Xavante de Marãiwatsédé era de 3000 indivíduos antes da invasão. Hoje, 963 pessoas. Os mortos, segundo o relato, foram enterrados em vala-comum, o que causou também muito sofrimento aos indígenas. Cosme relata ainda que os Xavante, já de volta à TI Marãiwatsédé, ainda sofrem para ter acesso à saúde pública, e que novas invasões foram detectadas na terra indígena.

Gerson Antonio Barbosa Borges (MPA)

Cooperfumos – o caso da Fumicultura (RS)

É uma cooperativa que luta pela sobrevivência das sementes crioulas – sementes milenares, comprovadamente saudáveis, grãos de tradição, que foram cultivados através das gerações e estão praticamente extintos, em contraponto ao consumo de sementes transgênicas, que segundo a cooperativa, está associado ao aumento de doenças nos animais e aumenta o risco de câncer em seres humanos. O coordenador da cooperativa, Gerson Borges, explica que no ano de 2011 o Ministério da Saúde revelou o surgimento de 300 mil novos casos de câncer. Ele ressalta ainda que na França foi feito um estudo que comprovou o perigo provocado pelo alimento transgênico “Eles alimentaram ratos com milho transgênico, híbrido e crioulo. Após três meses, surgiram tumores nos ratos que haviam se alimentado com semente transgênica”.

Agnaldo Fernandes

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Apodi (RN)

O município passa por um momento difícil com a possibilidade da instalação de um mega projeto de irrigação que está ameaçando as organizações e cultivos agroecológicos locais. Agnaldo trabalha na afirmação de que a agroecologia e a agricultura familiar são um viés para o Brasil na geração e distribuição de renda. Por pessoas simples e humildes, mas que respeitam a natureza. Elas sabem muito bem produzir e respeitar o meio ambiente, diferentemente do agronegócio: a agroecologia é viável, apesar de muitos falarem o contrário tentando legitimar o agronegócio, tentamos mostrar a organização dos grupos que produzem agroecologicamente respeitando o manejo da caatinga: a apicultura que é um potencial muito forte, a produção de polpa de fruta, grupos artesanais, grupos de mulheres, etc. No município de Apodi tem mais de 70 associações comunitárias, então é mais para a gente estar visitando esse histórico da organização.

Renato Moreira de Souza

Assentamento Santo Dias (MG)

A Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santo Dias AAFASSD, fundada em 2008, tem como princípio a agroecologia, através do trabalho cooperado e do respeito pelo meio ambiente. O assentamento foi ocupado em 2002 por 96 famílias sendo elas de Guape, Aparecida do Sul e Santo Antonio, hoje existem 48 famílias assentadas. Localizado no bairro de Aparecida do Sul na cidade de Guape – MG, o assentamento tem um grande potencial para a agricultura familiar e o turismo, possui fauna e flora muito conservada e lindas cachoeiras. Existe também uma agroindústria que produz grande quantidade de açúcar mascavo, toda produção é vendida para o governo pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE por um preço justo. Das 48 famílias assentadas 24 são associadas a AAFASD, até o presente momento nenhuma propriedade tem o certificado de produção orgânica, mas muitos deles se autodeclararam produtores orgânicos, e estão em processo de certificação. Da produção se

destaca as hortaliças o gado de leite e as sementes que são para consumo próprio e vendas para a região e escolas, há também uma área de aproximadamente 10 ha de plantio de café que já começou a produzir, mas é vendido pelo preço do convencional por não ter certificação, mas tem o manejo orgânico, sem aplicação de adubos químicos e agrotóxicos.

Emília Alves da Silva Rodrigues

Quebradeiras de Coco (TO)

Emília participa do grupo Quebradeiras de coco que lutam pelo livre acesso aos babaçuais dos estados do Tocantins, Maranhão, Piauí, Pará, Goiás e Mato Grosso do Sul. Especificamente em Tocantins, o extrativismo do babaçu está concentrado no norte do Estado, no Bico do Papagaio. Uma das lutas ganha pelas extrativistas tocaninenses é contra as siderúrgicas que utilizavam o coco inteiro na produção de carvão, desperdiçando seu potencial. Do fruto utiliza-se o mesocarpo para fazer farinha, a amêndoa para óleo e a casca para o carvão. O grupo reforça ainda, a necessidade da criação de reservas extrativistas, incentivos fiscais e capacitação para as quebradeiras e melhor definição de um fundo e destino para multas recolhidas. São 2.413 quebradeiras cadastradas no MIQCB/TO – Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu do Estado do Tocantins. “Somos contra a derrubada das árvores, uso de agrotóxicos e a queima do coco inteiro”, afirma Emília Alves da Silva Rodrigues, coordenadora executiva do Movimento.

Gabriel Fernandes

ASPTA – Agricultura Familiar e Agroecologia

De acordo com Gabriel Fernandes, assessor técnico da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia e coordenador da Campanha Permanente Por um Brasil Livre de Transgênicos, o Brasil é o único a liberar a produção comercial do mosquito geneticamente modificado, já testado no Panamá, Ilhas Caimã e Malásia. Ele explica que a proposta da empresa inglesa Oxitec, que detém a patente do mosquito, é produzir um *Aedes aegypti* geneticamente modificado e liberar espécies machos desse mosquito no meio ambiente, que então deveriam cruzar com fêmeas nativas. Segundo a empresa, desse cruzamento surgiria uma larva que supostamente não sobreviveria, eliminando assim o mosquito. “O problema é que, primeiro, eles partem da lógica que eliminar o mosquito é o mesmo que eliminar a doença e, segundo, que ao liberar os machos podem ser liberadas também espécies fêmeas, pois o controle não é 100%, essas estariam livres para se reproduzir e não temos como saber o risco de mutações genéticas e o desequilíbrio ambiental que isso pode gerar”, alerta Gabriel Fernandes.

Poliana Souza

Ocupação Urbana Helena Silva (de BH) – MLB

As manifestações de 2013, influenciou milhares de famílias de baixa renda da Região Metropolitana de Belo Horizonte, pela luta ao direito de moradia digna. Em 2014, famílias de sete comunidades (Eliana Silva, Camilo Torres, Irmã Dorothy, Helena Greco, Cafezal, Dandara e Rosa Leão), organizadas pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e pelas Brigadas Populares, realizaram uma histórica ocupação da Prefeitura de Belo Horizonte, reivindicando a regularização de suas comunidades, ligação de água, energia elétrica, esgoto e títulos de posse. As famílias foram recebidas pelo prefeito Márcio Lacerda, que, pressionado, foi obrigado a se comprometer com as reivindicações dos movimentos. A repercussão foi nacional e, no Estado de Minas Gerais, acabou sendo outro fator impulsionador para milhares famílias sem teto se mobilizarem.

Hamilton Borges dos Santos

Movimento “Reaja ou será Morto, Reaja ou será Morta” Bahia

Hamilton é militante do movimento social negro, tendo iniciado sua militância nos anos 80 no Estado da Bahia. É responsável pela criação do Teatro Negro e Atitude, em Belo Horizonte/Minas Gerais, onde foi coordenador municipal do Movimento Negro Unificado organização nacional – e promoveu inúmeras ações permanentes de combate ao racismo e discussões sobre masculinidades. Articulador e coordenador da Campanha Reaja ou será morto, reaja ou será morta, contra o racismo, sexismo e todas as formas de discriminações correlatas e coordenador/articulador da Quilombo Xis – Ação Cultural Comunitária.

Jaci Nascimento

Articulação da População Atingida pela Companhia Siderúrgica do Atlântico / Thyssenkrupp-CSA (APACSA) RJ

A Articulação representa moradores e pescadores, residentes em localidades próximas à maior siderúrgica da América Latina, a empresa alemã Thyssen Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA). A empresa, inaugurada em Santa Cruz, zona oeste do Rio, em 2010, é acusada pelos moradores, pescadores e pelo Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), de poluir o ar da região e as águas da Baía de Sepetiba. Para o pescador Jaci Nascimento, morador há 27 anos no conjunto habitacional Novo Mundo, além da questão da saúde, as atividades da empresa interferiram na pesca da região. “Só no Rio São Francisco com três horas de pesca eu saía com três caixas de peixe. Hoje pode passar o dia todo que não sai com 2 quilos de peixe e ainda contaminado. Tem muito peixe morto. E a gente? Não vai morrer também?”.

Rafael Bittencourt

ANCOP (Articulação Nacional dos Atingidos pela Copa)

A Articulação há quatro anos tem feito um trabalho de denúncia e organização de grupos de atingidos pela Copa em seu processo de resistência. Tratam-se, por exemplo, de comunidades que se colocaram na frente da polícia e dos tratores contra os processos de remoção que a Copa intensificou. Compostos por comunidades atingidas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, os comitês acreditam que a crítica à Copa do Mundo se faz não apenas justa, como cada vez mais necessária. O megaevento acabou sendo o estopim que desencadeou essas manifestações pelo país.

Joviano Mayer

Ocupação Isidoro (Belo Horizonte/MG)

O advogado popular Joviano Mayer atua nos entraves jurídicos enfrentados pelos milhares de cidadãos que lutam pela moradia na Ocupação Isidoro. São 8 mil famílias que travam uma batalha judicial pela permanência no local. Já construíram casas, abriram ruas e conquistaram grande apoio da sociedade. Agora contam com a boa vontade do poder público para solucionar o impasse.

Rosivaldo Ferreira da Silva – o Cacique Babau

O índio Rosivaldo Ferreira da Silva, conhecido como cacique Babau Tupinambá, é um dos líderes do movimento indígena do sul da Bahia. O conflito entre índios e fazendeiros ocorre em uma área distante 462 quilômetros de Salvador, na cidade de Ilhéus, na região conhecida como Serra do Padeiro, onde, índios ocupam várias propriedades rurais. O foco maior do conflito está na cidade de Buerarema, mas há também fazendas ocupadas em Una e em São José da Vitória, além de Ilhéus. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), os índios tomaram posse de 80% da área que eles reivindicam como território tradicional. As ocupações, que os índios classificam como “retomada do território sagrado”, foi a forma encontrada pelos tupinambás para exigir do governo federal a conclusão do processo de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

Paulo Petersen

AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia

AS-PTA é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. A experiência acumulada pela entidade ao longo desses anos permitiu comprovar a contribuição do enfoque agroecológico para o enfrentamento dos grandes desafios da sustentabilidade agrícola pelas famílias agricultoras. A AS-PTA participou da constituição e atua em diversas redes da sociedade civil voltadas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Ao mesmo tempo em que constituem espaços de aprendizado coletivo, essas redes proporcionam ações articuladas de

organizações e movimentos da sociedade para influenciar elaboração, implantação e monitoramento de políticas públicas.

José Wilson

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) completou 50 anos de fundação em 2013. Atualmente, com as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais filiados, compõe o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que luta pelos direitos de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores familiares, acampados e assentados da reforma agrária, assalariados rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos. José Wilson é filho de agricultores familiares e nasceu em Independência, no sertão dos Inhamuns, Ceará. Lá passou sua infância e adolescência, onde concluiu o Ensino Médio em Contabilidade. Aos 18 anos, assim como tantos jovens do campo, saiu de seu município em busca por melhores oportunidades de trabalho e condições de vida.

Darci Frigo

Terra de Direitos

A Terra de Direitos atua na defesa e promoção dos direitos humanos, principalmente dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. A organização surgiu em 2002 e trabalha com casos encaminhados por movimentos sociais e organizações da sociedade civil que envolvam situações de violação aos direitos humanos. A equipe é formada por assessores jurídicos populares, por uma assessoria de comunicação e integra colaboradores de outras áreas de atuação. A organização incide nacionalmente nos diversos temas que trabalha e está presente na região norte, com atividades em Santarém, Oeste do Pará, em Curitiba e no interior do Paraná, e em Brasília, Distrito Federal. Entre as atividades realizadas está a assessoria jurídica popular, que atua através da mediação de conflitos coletivos, da interlocução com os poderes públicos, da formulação e do envio de denúncias em âmbitos nacional e internacional. A Terra de Direitos desenvolve pareceres, pesquisas e relatórios para analisar políticas públicas, legislações, ações judiciais e outros documentos relacionados aos direitos humanos.

Maria José Pacheco

Movimento de Mulheres Pescadoras e Marisqueiras / Grupo da Terra

Maria atua no apoio às comunidades pesqueiras nos estados do norte/nordeste do Brasil. Ela faz parte do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), um grupo católico que atua na organização social de pescadores artesanais em todo o país. O CPP vem trabalhando com outras organizações para coletar assinaturas suficientes para que um projeto de lei de iniciativa popular de proteção e reconhecimento de áreas tradicionais da pesca

artesanal em comunidades brasileiras seja apresentado ao Congresso Nacional “Essas populações possuem uma qualidade de vida muito superior, ainda que em condições de pobreza, que é o que tem oferecido o modelo brasileiro de industrialização”, diz Maria José.

Nahyda Franca von der Weid

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase

O Ibase é uma organização da sociedade civil fundada em 1981 por, entre outros, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. O Ibase tem como objetivo a radicalização da democracia e a afirmação de uma cidadania ativa. Para isso, a instituição acredita que é necessário fortalecer o tecido associativo da sociedade, incidir em políticas públicas e criar uma nova cultura de direitos. As iniciativas do Ibase são regidas pelos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, participação, diversidade e justiça socioambiental.

Valquiria Alves Smith Lima

Coordenação Nacional da ASA

A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) é uma rede formada por mil organizações da sociedade civil que atuam na gestão e no desenvolvimento de políticas de convivência com a região semiárida. Sua missão é fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido referenciados em valores culturais e de justiça social. Entendendo que a água não é bem de consumo, é direito humano básico e, ao mesmo tempo, alimento necessário à vida e insumo para a produção de outros alimentos, a ASA desenvolveu o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido. Esse programa abriga tecnologias sociais populares de captação e armazenamento de água para consumo humano e para a produção de alimentos. Além disso, fortalece outras iniciativas de convivência com o Semiárido, como a construção do conhecimento agroecológico; as cooperativas de crédito voltadas para a agricultura familiar e camponesa; os bancos ou casas de sementes nativas, ou crioulas; os fundos rotativos solidários; a criação animal; a educação contextualizada; o combate à desertificação;

Contatos para entrevistas

Presidente do Simpósio: **Hermano Castro (ENSP/Fiocruz/RJ)**

(21) 98661-6499

Presidente da Comissão Científica: **Lia Giraldo (UPE)**

(81) 98869-7000

Coordenador GT Saúde e Ambiente da Abrasco: **Fernando Carneiro (UnB)**
(61) 9333-1272

Site do evento com programação completa:

www.sibsa.com.br

Comunicação Abrasco

Vilma Reis - comunica@abrasco.org.br – Celular: (21) 97672-1641

Flaviano Quaresma - mediassociais@abrasco.org.br – Celular: (21) 99923-6470

Bruno Dias - brunodias@abrasco.org.br – Celular: (21) 98373-5838

Comunicação Abrasco: (21) 2560-8699